

## XXV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - XXV ENANCIB

### GT 7 – Produção e Comunicação da Informação em Ciência, Tecnologia e Inovação

#### ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM ACESSO ABERTO DE PAÍSES AFRICANOS BENEFICIADOS PELA POLÍTICA DE ISENÇÃO DA WILEY

#### <ANALYSIS OF OPEN ACCESS SCIENTIFIC PRODUCTION FROM AFRICAN COUNTRIES BENEFITING FROM WILEY'S FEE WAIVER POLICY>

**Graziela Barros Gomes** – Universidade de Brasília (UnB), Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)

**Michelli Pereira da Costa** – Universidade de Brasília (UnB)

**João de Melo Maricato** – Universidade de Brasília (UnB)

#### Modalidade: Trabalho Completo

**Resumo:** As taxas associadas à publicação científica em acesso aberto têm suscitado controvérsias, em particular quanto ao acesso para autores de países em desenvolvimento. Este estudo analisou a produção científica em acesso aberto de países africanos listados na política de isenção total (100 %) ou de desconto parcial (50%) de *Article Processing Charges* (APC) da Wiley, no período de 2016 a 2024. A pesquisa, de natureza descritiva, utilizou o site da editora e a base Scopus para coletar o número de artigos publicados com e sem colaboração internacional e utilizou o *Journal Citation Reports* para obter o fator de impacto dos dez periódicos com maior volume de publicação. Observou-se que a adoção emergencial de acesso aberto durante a pandemia de COVID-19 impulsionou temporariamente o crescimento, mas que a partir de 2022 houve forte retração nos países com desconto parcial, enquanto aqueles com isenção total mantiveram aumento mais constante, ainda que em patamar muito inferior ao das nações de alta renda. A maior parte das publicações africanas concentrou-se em periódicos de baixo fator de impacto e dependentes de colaborações internacionais, evidenciando desigualdades marcantes entre regiões centrais e periféricas. Conclui-se que, embora a política de isenção e descontos da Wiley contribuam para o aumento da produção científica de países africanos, elas não são suficientes para superar as barreiras estruturais à consolidação da pesquisa local, evidenciando a necessidade de políticas editoriais mais abrangentes, com maior transparência e apoio à infraestrutura científica que considerem aspectos além da renda, visando um impacto mais significativo na democratização do conhecimento científico.

**Palavras-chave:** política de isenção; acesso aberto; países africanos; isenção de taxas; fator de impacto.

**Abstract:** The article processing charges associated with open access scientific publishing have sparked controversy, particularly regarding access for authors from developing countries. This study examined the open access output of African countries listed under Wiley's full (100%) waiver or partial (50%) discount APC policy between 2016 and 2024. In this descriptive research, the publisher's website and the Scopus database were used to collect the number of articles published with and without international collaboration, and the Journal Citation Reports provided the impact factors of the ten

**XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB**  
**Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025**

journals with the highest publication volumes. It was observed that the emergency shift to open access during the COVID-19 pandemic temporarily boosted growth, but from 2022 onward there was a sharp decline among countries with partial discounts, while those with full waivers maintained steadier increases—albeit at levels far below those of high-income nations. Most African publications appeared in lower-impact journals and relied on international collaborations, highlighting pronounced inequalities between central and peripheral regions. It is concluded that, although Wiley’s waiver and discount policy contributes to increased scientific output from African countries, it alone cannot overcome the structural barriers to consolidating local research, underscoring the need for broader editorial policies with greater transparency and investment in research infrastructure that consider factors beyond national income, in order to achieve a more significant impact on the democratization of scientific knowledge.

**Keywords:** waiver policy; open access; african countries; fee waivers; impact factor.

## **1 INTRODUÇÃO**

As taxas associadas à publicação científica em acesso aberto têm suscitado algumas controvérsias, especialmente quanto ao acesso para autores de países em desenvolvimento (Gheorghiu; Dave, 2023; Matheka *et al.*, 2014; Karlstrom; Aksnes; Piro, 2024; Singh; Prasad; Shankar, 2021). Segundo Iyandemye e Thomas (2019), há uma forte correlação negativa entre a renda *per capita* do país e a porcentagem de publicação de acesso aberto<sup>1</sup>, com taxas altas de publicação na África Subsaariana, mas muito mais baixas no Norte da África. Os artigos de acesso aberto são predominantemente produzidos por autores de países de alta renda (Smith *et al.*, 2021), contrastando com as expectativas de democratização do acesso propostas pelo modelo de acesso aberto. Esse modelo está comprometido não apenas com a ampliação da disseminação das publicações, mas também com a eliminação de barreiras financeiras que marginalizam autores, instituições e países (Gaal; Martins, 2022).

A “Recomendação da UNESCO sobre Ciência Aberta” destaca a importância da equidade entre pesquisadores de países desenvolvidos e em desenvolvimento, promovendo o compartilhamento justo de insumos científicos e o acesso igualitário ao conhecimento (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, p. 17). Essas diretrizes visam superar barreiras econômicas e sociais, garantindo acesso equitativo independentemente de localização geográfica, renda, raça, religião, idade, gênero ou outros fatores.

Nesse contexto, políticas de isenção e descontos de taxas surgem como respostas às preocupações com as desigualdades decorrentes das taxas de publicação, especialmente para

---

<sup>1</sup> O estudo dos autores tem como foco a literatura biomédica.

**XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB**  
**Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025**

pesquisadores de países de baixa e média renda, predominantemente na África. A controvérsia sobre altas taxas de publicação e transições para modelos de acesso aberto têm sido evidenciadas por casos como o do *Journal of Biogeography* publicado pela Wiley (Revista Fapesp, 2023). Em agosto de 2023, os editores associados a esta revista renunciaram em protesto contra a editora devido às altas taxas de publicação (4.8 mil dólares por artigo) e a transição para um modelo de acesso aberto que, segundo eles, exclui países de baixa e média renda.

Além de aspectos éticos, esse caso exemplifica um conflito que envolve as políticas comerciais das editoras e o acesso democrático à publicação científica, refletindo uma crescente insatisfação com as práticas comerciais das editoras científicas. Krystal Tolley, pesquisadora do Instituto Nacional de Biodiversidade da África do Sul, destacou que embora a Wiley possua políticas de isenção de taxas para autores de países de baixa e média renda, na prática, essas políticas beneficiam poucos autores, deixando muitos pesquisadores do Sul sem financiamento suficiente para arcar com custos de publicação (Revista Fapesp, 2023). Em contrapartida, em janeiro de 2025, a *publisher* implementou um novo programa que inclui descontos para autores de países da América Latina em periódicos de acesso totalmente aberto utilizando como critério<sup>2</sup> de elegibilidade o valor do Índice de Poder de Compra (IPP) de cada um dos 33 países participantes.

As problemáticas em torno da comercialização das estratégias do acesso aberto, acenderam as demandas por políticas de isenção de *Article Processing Charges* (APC) e as discussões em torno das práticas adotadas pelas grandes editoras comerciais que têm sido apontadas como insuficientes em extensão (Lawson, 2015) ou transparência (Butler *et al.*, 2023). De forma a contribuir para o aprofundamento da compreensão do cenário, este estudo teve como objetivo analisar a produção científica em acesso aberto de países africanos beneficiados pela política de isenção e desconto de taxas de publicação (APC) da Wiley. A pesquisa investigou a evolução dessa produção ao longo do tempo, considerando o contexto das políticas de isenção de taxas como um fator potencialmente influente, embora não se possa afirmar uma relação causal direta.

---

<sup>2</sup> O critério tem como base o Índice de Poder de Compra (IPP) que tem como fonte os dados informados pelo ICP do Banco Mundial. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/programs/icp>

## 2 A POLÍTICA DE ISENÇÕES DE TAXAS DA WILEY

Fundada em 1807 nos Estados Unidos e sediada em Hoboken, New Jersey, a Wiley está entre as maiores editoras científicas globais, frequentemente listada entre as “*Big Five*” ao lado de Elsevier, Springer Nature, Taylor & Francis e Sage. Com um portfólio que supera 1.600 periódicos e milhares de livros, a editora tem presença destacada em áreas como ciências da saúde, engenharias e ciências sociais. Conforme dados do Relatório anual fiscal de 2024, a receita da Publisher foi de 1.87 bilhões de dólares estadunidenses. Comercialmente, a Wiley opera num modelo híbrido, combinando sua atuação histórica por assinatura com uma crescente oferta de títulos em acesso aberto, configuração que influencia suas estratégias editoriais e políticas de APCs.

A política de isenção de taxas da Wiley para acesso aberto busca promover a equidade no acesso ao conhecimento científico, especialmente em países de baixa e média renda, através de iniciativas como a parceria com a *Research4Life*<sup>3</sup>. Até 2024, a política oferecia dois tipos principais de isenção: uma isenção automática de 100% para autores correspondentes de instituições em países listados e um desconto automático de 50% em taxas de publicação para autores de países elegíveis. A elegibilidade é determinada com base na renda *per capita* dos países, conforme critérios estabelecidos pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). Em 2025, a política teve algumas atualizações retirando alguns países e incluindo outros, além de implementar o intitulado “piloto de paridade de poder de preços de acesso aberto”, um programa de descontos para autores da América Latina. Novamente o programa apresentou como critério a renda, utilizando o Índice de Poder de Compra (IPP) de cada país participante, informado pelos dados do ICP do Banco Mundial<sup>4</sup> para estipular percentuais de descontos. Quadro 1 apresenta uma síntese da política da editora.

**Quadro 1** - Síntese da política de isenções e descontos da Wiley

Item	Descrição
Tipos de isenção / desconto	Isenção total (100%) para autores correspondentes de determinados países e desconto (em geral 50%) para outro conjunto de países elegíveis.
Critérios de elegibilidade	Baseados em classificadores econômicos/regionais: listas vinculadas a programas como <i>Research4Life</i> (group A = <i>full waiver</i> ; group B = 50%), uso de indicadores macroeconômicos (renda <i>per capita</i> / índices de poder de compra/referências do FMI/Banco Mundial) e critérios específicos informados na lista de países da <i>Wiley</i> .

<sup>3</sup> <https://www.research4life.org/>

<sup>4</sup> <https://www.worldbank.org/en/programs/icp>

**XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB**  
**Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025**

Abrangência	O número de países elegíveis tem variado conforme atualizações: páginas oficiais reportam dezenas de países com isenção total e outros com desconto; relatórios institucionais e páginas da <i>Wiley</i> indicam variações (ex.: listagens publicadas pela <i>Wiley</i> com números atualizados em diferentes momentos).
Âmbito de aplicação	As isenções e descontos aplicam-se aos periódicos do portfólio <i>Wiley Open Access (gold OA)</i> .
Modo de concessão	Na maioria dos casos a concessão é automática no sistema quando o autor correspondente está afiliado a instituição/país da lista de elegibilidade; alguns periódicos/sociedades podem exigir pedido formal em submissão (mas pagamento/negociação não envolve editor).
Período/atualizações	A <i>Wiley</i> mantém a página de <i>Waivers &amp; Discounts</i> e publica atualizações (ex.: anúncios de pilotos). Em 2025 a <i>Wiley</i> anunciou um piloto de ajuste de preços baseado no poder de compra para países da América Latina. Recomenda-se registrar a data de consulta da lista (pois ela muda anualmente sem arquivamento das políticas anteriores).
Limitações e críticas documentadas	Pontos recorrentes na literatura e em análises críticas: (i) as isenções alcançam apenas parte dos autores de países elegíveis e não resolvem desigualdades estruturais; (ii) falta de transparência histórica/registros públicos detalhados sobre quais artigos efetivamente receberam isenção; (iii) dependência de critérios puramente econômicos (renda/IPP) que não capturam diferenças regionais e institucionais internas.

**Fonte:** Adaptado de *Wiley Author Services* (2025).

Para analisar as complexas hierarquias e assimetrias presentes no sistema global de pesquisa, Mueller e Oliveira (2003) propõem o modelo de centro e periferia na comunicação científica. Esse modelo vai além das categorizações baseadas na renda *per capita* dos países, destacando também outras formas de marginalização e exclusão, como diferenças regionais na infraestrutura de pesquisa, acesso desigual a financiamento e reconhecimento acadêmico. Segundo Ferreira (2018), esse enfoque revela as contradições fundamentais da ciência, mostrando como as estruturas e relações estabelecidas perpetuam desigualdades significativas.

Assim, enquanto a política da *Wiley* utiliza como critério a lista do FMI, que se concentra principalmente na renda dos países e no poder de compra, para determinar a elegibilidade para isenções de taxas, o modelo de centro e periferia oferece uma perspectiva mais abrangente. Ele considera para além da questão financeira, pois inclui as disparidades estruturais que afetam o acesso equitativo ao desenvolvimento científico global. Ademais, as discussões em torno do modelo evidenciam que as fronteiras geográficas são insuficientes para mediar as contradições dentro de um território nacional, já dentro dos centros,

**XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB**  
**Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025**

visualizam-se as periféricas e dentro de algumas periferias é possível identificar centro privilegiados (Larivière *et al.*, 2016).

Essa abordagem pode auxiliar na compreensão de como políticas de isenção, como a da Wiley, podem influenciar no acesso ao conhecimento, na participação e na contribuição de pesquisadores de regiões marginalizadas, como os países africanos, no cenário científico global. Para a produção de conhecimento na África, essa perspectiva pode ser especialmente significativa, pois pode promover uma distribuição mais justa de recursos e oportunidades. Instituições e pesquisadores africanos poderiam, dessa forma, participar mais plenamente no cenário científico global, contribuindo com perspectivas únicas e necessárias para a ciência mundial.

Contudo, apesar das iniciativas para promoção da inclusão via política de isenção, a Wiley não divulga publicamente o ano de implementação específico de suas políticas acerca das taxas em seu site oficial. Adicionalmente, a ausência de registro público das mudanças das políticas de descontos e isenção anualmente são mais uma barreira para análise da produção científica dos países elegíveis, conforme constatou Butler *et al.* (2023). Essa falta de transparência pode limitar a capacidade de avaliação dos critérios estabelecidos pelas políticas por parte da comunidade acadêmica e dos próprios pesquisadores beneficiados.

### **3 METODOLOGIA**

A pesquisa é de natureza descritiva e visa analisar a quantidade de publicações em periódicos de acesso aberto realizadas por países africanos beneficiários das políticas de isenção de taxas da editora Wiley. Para sistematizar as evidências do fenômeno, a pesquisa utilizou como fonte de informação o site da editora Wiley para análise da política de descontos e isenção de taxas; e a Scopus para coleta dos dados de produção dos países beneficiados no período de 2016 a 2024. Devido à falta de transparência sobre a data exata de implementação da política de isenção, este estudo cobre um período contínuo em que a política possivelmente estava em vigor. Após solicitação formal de pedido de informação à editora, foi informado<sup>5</sup> que o primeiro periódico de acesso aberto a implementar a política foi o *Brain and Behavior* em 2011.

---

<sup>5</sup> A demanda e a resposta foram enviadas por e-mail no primeiro semestre de 2024.

**XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB**  
**Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025**

Na Scopus, a busca foi realizada utilizando os números dos ISSN's das 583 revistas descritas na política que concedem descontos e isenções<sup>6</sup>. A isenção pela política da Wiley só é dada em periódicos de acesso totalmente aberto, de forma que os periódicos híbridos não possuem isenções. Os ISSN's foram obtidos a partir da lista desses periódicos disponibilizada no site institucional. Para refinar a busca, foram utilizados os seguintes filtros: 1. Tipo de publicação: artigos; 2. Estágio de publicação: final; 3. Tipo de fonte: revistas; 4. Período: 2016-2024; 5. Acesso aberto: Ouro; 6. Países: todos os países do continente africano com direito a descontos e isenções. O Quadro 2 lista todos os países elegíveis nas duas modalidades de isenção que a Wiley disponibiliza.

**Quadro 2 – Países africanos elegíveis e isenções e descontos na editora Wiley**

<b>Isenção total</b>	<b>50% de isenção</b>
Angola, Benim, Burkina Faso, Burundi, Cabo Verde, Camarões, República Centro-Africana, Chade, Comores, Congo, Costa do Marfim, República Democrática do Congo, Djibuti, Guiné Equatorial, Eritreia, Essuatíni, Etiópia, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Quênia, Lesoto, Libéria, Madagascar, Maláui, Mali, Maurítânia, Moçambique, Níger, Ruanda, Santa Helena, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa, Somália, Sudão do Sul, Sudão, Togo, Uganda, República Unida da Tanzânia, Zâmbia, Zimbábue.	Argélia, Botsuana, Egito, Gabão, Líbia, Maurício, Marrocos, Namíbia, Nigéria, Seicheles, Tunísia.

**Fonte:** Adaptado e traduzido de Wiley (2024).

No *Journal Citation Reports* (JCR), foram coletados o Fator de Impacto (FI) dos dez periódicos com o maior número de artigos publicados dos países africanos incluídos nas duas modalidades de isenção e dos dez países com as maiores economias, conforme a lista do FMI.

A pesquisa foi realizada em três etapas distintas. Na primeira etapa, foram analisados os países africanos que receberam 50% de descontos no período de 2016-2024, resultando em um total de 7.183<sup>7</sup> artigos encontrados. Na segunda etapa, foi analisado o período de 2016-2024 para os países com isenção total (100%), resultando em um total de 5.181<sup>8</sup> artigos recuperados. Na etapa final, foi analisado o Fator de Impacto de dez revistas com número de artigos publicados para cada uma das categorias a seguir: 1. países com descontos de 50%; 2. países com isenção total; e 3. dez maiores economias (não possuem isenção).

<sup>6</sup> Os dados da pesquisa serão disponibilizados em repositório de dados abertos após a avaliação cega pelos pares.

<sup>7</sup> Artigos com colaboração internacional.

<sup>8</sup> Artigos com colaboração internacional.

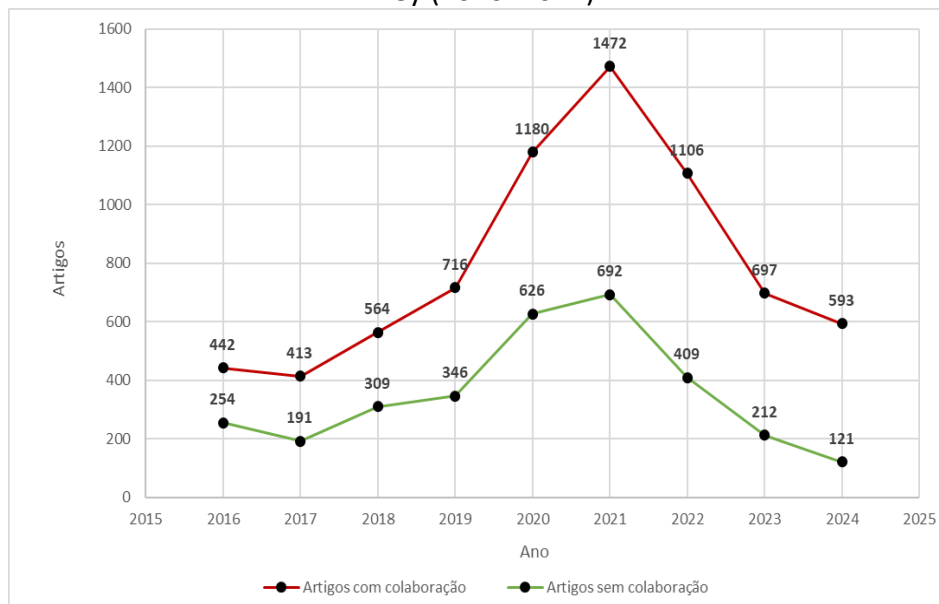
## 4 RESULTADOS

Os resultados do cenário de aplicação das políticas de isenção das taxas de APC da editora Wiley serão relatados de acordo com as etapas da pesquisa e sistematização por grupos de isenção parcial, total e comparativo.

### 4.1 Isenções parciais

A isenção parcial refere-se às taxas com 50% de desconto no pagamento da APC. No contexto analisado, verificou-se que a modalidade foi mais frequente em artigos com a colaboração com pesquisadores de países não elegíveis para a política em questão. O contraste é visualizado na série histórica do período que compreende entre 2016 e 2024, período em que a política de descontos nas taxas de APC gerou um total de 10.343 artigos, dos quais 7.183 (69,5%) contaram com colaborações internacionais e 3.160 (30,5%) foram publicados apenas por autores dos países elegíveis a descontos (Figura 1).

**Figura 1** – Quantidade de artigos em acesso aberto publicados com e sem colaboração internacional por países africanos beneficiados por descontos de 50% de taxas de APC na Wiley (2016–2024)\*



Fonte: Scopus (2025).

\*Abrange artigos publicados de 1º de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2024 em periódicos de acesso aberto da editora Wiley por países africanos contemplados com desconto de 50% nas taxas de APC.

No período de 2016 a 2021, observou-se um crescimento contínuo no qual os artigos colaborativos mais do que triplicaram, passando de 442 para 1.472 e os sem colaboração de 2.054 para 692. Ao analisar as publicações realizadas entre 2019 e 2020 dos países com os

**XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB**  
**Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025**

descontos, observa-se um crescimento, tanto nas publicações com colaboração internacional quanto nas realizadas por autores de um único país, com aumento de 66% e 89% respectivamente. Esse salto pode ser interpretado como um reflexo da emergência sanitária provocada pela pandemia, que impulsionou a produção científica voltada à compreensão e ao enfrentamento do vírus. Nesse contexto, houve uma mobilização global pela rápida disseminação de dados e pesquisas abertas para cooperação científica internacional.

No entanto, entre 2020 e 2021, essa tendência de crescimento foi interrompida. As publicações colaborativas recuaram cerca de 10%, enquanto os artigos sem colaboração sofreram uma queda ainda mais acentuada, da ordem de 26%. Esse declínio pode sinalizar o início de um período de contenção orçamentária, posterior à fase de financiamento emergencial que marcou os momentos mais críticos da pandemia. A partir de 2022, entretanto, inicia-se uma queda acentuada: em 2022, as publicações colaborativas recuaram 25% (1.106) e as não colaborativas 41% (409). No ano seguinte, essa retração prosseguiu com -37% (697) e -48% (212), respectivamente e, em 2024, os valores preliminares mostram apenas 593 trabalhos com coautoria internacional e 121 isolados.

Países como Egito, Nigéria, Marrocos e Tunísia concentram a maior parte das publicações, enquanto outros como Botsuana, Namíbia, Líbia e Gabão apresentam números significativamente mais baixos. Essa desigualdade se acentua quando observamos a proporção de artigos publicados sem colaboração internacional. Egito (25,7%), Nigéria (30,3%) e Marrocos (43,5%) demonstram uma capacidade mais autônoma de publicação, sinalizando uma infraestrutura de pesquisa mais consolidada e instituições científicas historicamente estabelecidas. Podemos observar a maior produção de países africanos (Egito e Nigéria) que possuem universidades pioneiras no continente: as Universidade de *Al-Karaouine*, em Fez, no Marrocos (fundada em 859 d.C.), e a Universidade *Al-Azhar*, no Egito, (fundada em 970 d.C.), que representam um marco para o aprendizado (Nwagwu, 2013). Esses dados sugerem que, apesar de fazerem parte de um continente frequentemente posicionado à margem do sistema científico global, alguns países africanos atuam como centros regionais de produção, enquanto outros permanecem em posições periféricas - inclusive dentro da própria África.

Por outro lado, países como Botsuana, Namíbia, Líbia e Gabão, mesmo elegíveis a descontos, não conseguem converter esse incentivo em produção científica significativa e independente. O Gabão, por exemplo, apresenta apenas 5% de artigos sem colaboração,

**XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB**  
**Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025**

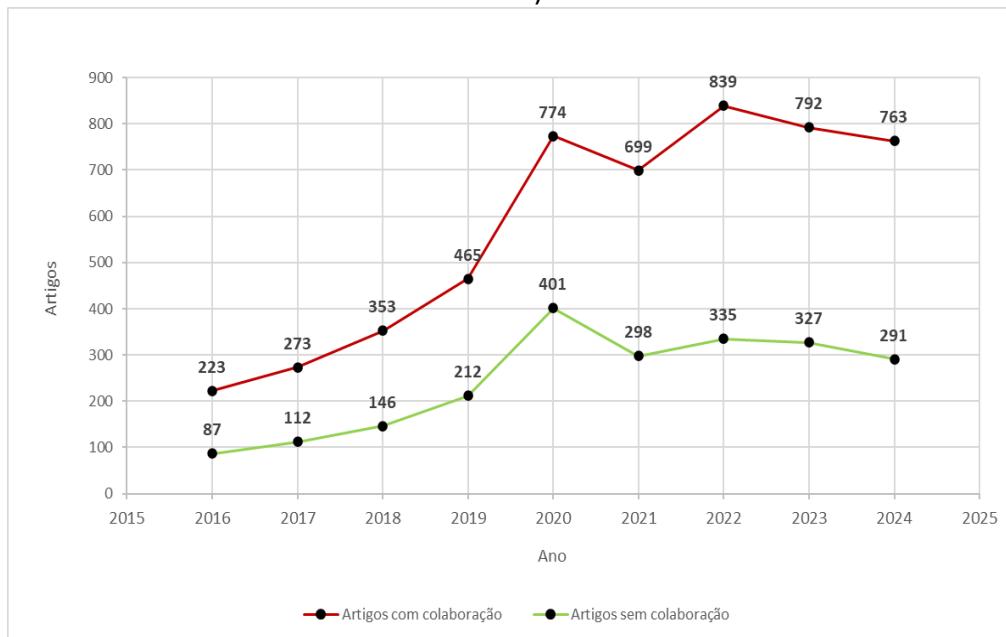
indicando uma forte dependência de redes internacionais para viabilizar a publicação. Isso evidencia que o modelo de desconto, embora represente uma tentativa de inclusão, não ataca os fatores estruturais que limitam a capacidade de pesquisa em diversos contextos nacionais. A desigualdade, portanto, não se restringe ao volume de publicações, mas se expressa também na autonomia da produção e na capacidade institucional de mobilizar recursos, formar redes e gerir conhecimento. Em vez de romper com a lógica centro-periferia, o modelo de descontos tende a reproduzi-la, permitindo que apenas países com infraestrutura mais desenvolvida realmente se beneficiem da política proposta pela Wiley. A solução para a desigualdade no acesso à publicação científica não pode, assim, se restringir a medidas paliativas, mas deve envolver o fortalecimento sistêmico das capacidades locais de pesquisa e publicação.

#### **4.2 Isenções totais**

As políticas de isenção total são destinadas a 43 países africanos, dos quais seus pesquisadores podem ser liberados de pagar o APC. No período analisado, foi possível perceber um aumento na produção de artigos por países africanos beneficiados com isenção total de taxas na Wiley para periódicos de acesso aberto. O número de artigos publicados com colaboração cresceu de 223, em 2016, para 763, em 2024, indicando uma tendência positiva ao longo do período. Esses resultados sugerem uma possível correlação entre a política de isenção de taxas e o aumento na participação desses países na publicação científica em periódicos da Wiley (Figura 2).

**XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB  
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025**

**Figura 2** – Quantidade de artigos em acesso aberto publicados com e sem colaboração internacional por países africanos beneficiados por isenção de taxas de APC na Wiley (2016–2024)\*



**Fonte:** Scopus (2024).

\*Abrange artigos publicados de 1º de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2024 em periódicos de acesso aberto da editora Wiley por países africanos contemplados com isenção nas taxas de APC.

Contudo, é importante observar que esses números são relativamente pequenos quando comparados aos volumes de publicação de países que não possuem isenção no mesmo período e nas mesmas revistas. Isso indica que, embora haja um aumento observável na produção científica desses países africanos, a magnitude ainda é inferior em comparação com outros contextos não beneficiados pela isenção de taxas na mesma editora e periódicos. Os 2.404 artigos publicados por países africanos com isenção total representam aproximadamente 0,87% do total de artigos publicados por todos os países (276.622 artigos publicados) no período de 2016 a 2024.

Entre os 46 países africanos beneficiados pela isenção, a produção em acesso aberto entre 2016 e 2024 apresenta uma assimetria notável. No topo, Gana se destaca com 1.376 artigos em coautoria internacional e 839 sem colaboração, seguida por Quênia (1.095/459), Tanzânia (521/229) e Uganda (506/185). Esses quatro países, todos com tradição e maior infraestrutura acadêmica, concentram a maior parte dos trabalhos colaborativos no grupo de isenção total. Na outra extremidade, no entanto, mais da metade das nações (como Burundi, Essuatíni, Comores, Cabo Verde) registra menos de 30 publicações no período, muitas delas em dígitos simples. Essa distribuição revela um “formato de pirâmide”, no qual existem

**XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB**  
**Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025**

poucos pólos de alta produtividade no vértice e uma longa cauda de países com capacidade de publicação muito limitada.

Em um exemplo, podemos observar que na Gâmbia o financiamento é limitado, com poucas oportunidades focadas em projetos ambientais e de desenvolvimento sustentável, como os subsídios do Programa de Pequenos Subsídios do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF) (World Bank). Essas diferenças no suporte institucional, na disponibilidade de recursos, além de um nível muito baixo de sensibilização - prevalecte nas instituições de ensino superior, nos institutos de investigação, organizações e governos - com relação à adoção e criação de iniciativas locais de acesso aberto (Nwagwu, 2013) podem resultar em uma menor produtividade científica, embora não seja o único aspecto de influência nos números de publicações dos países.

#### **4.3 Produção científica das principais economias globais *versus* produção de países com isenções**

As dez maiores economias em PIB nominal (EUA, China, Japão, Alemanha, Índia, Reino Unido, França, Itália, Canadá e Brasil) totalizaram mais de 206.000 artigos entre 2016 e 2024: China (91.900), EUA (56.800), Reino Unido (16.700), Japão (16.500), Alemanha (13.100), Itália (9.950), Canadá (10.018), Índia (9.444), França (7.273) e Brasil (5.039). Esses valores evidenciam a concentração de produção significativa nas revistas de acesso aberto da Wiley que concedem isenções e descontos de APCs por essas economias. A comparação deliberada com esses países - adotada porque os critérios de elegibilidade a isenção e desconto são baseados estritamente na renda - evidencia que mesmo dentro do universo *Wiley Open Access* a distribuição de produção acompanha as disparidades econômicas globais.

Em contraste, os países africanos elegíveis a isenções e descontos registraram volumes que variam nessas mesmas revistas. O Egito lidera com 3.393 artigos colaborativos, seguido por Nigéria (1.349), Marrocos (1.051) e Tunísia (887). Gana, Quênia, Tanzânia e Uganda somam entre 500 e 1.400 artigos, enquanto nações como Burundi e Djibuti não ultrapassam dez publicações. Mesmo somando artigos com e sem coautoria internacional, esses números representam frações ínfimas em comparação às grandes economias. Esses números, ainda que possam subestimar a produção real devido à cobertura limitada da base Scopus para periódicos africanos, representam frações mínimas em comparação às grandes

**XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB**  
**Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025**

economias, confirmando que o critério de renda não é suficiente para equalizar níveis de publicação.

A falta de transparência da Wiley sobre quais trabalhos receberam de fato isenção ou desconto impede a avaliação precisa da eficácia dessas políticas e sugere que, mesmo se todos os artigos listados tivessem sido beneficiados, o impacto permanece restrito. Há outra hipótese relevante: as maiores economias tendem a publicar em periódicos de Fator de Impacto (FI) elevado, enquanto os países africanos, ainda que elegíveis, podem concentrar sua produção em títulos de FI mais baixo, reduzindo visibilidade e citações.

#### **4.4 Fator de Impacto**

Os periódicos com maior Fator de Impacto são tradicionalmente considerados mais relevantes no sistema científico, uma vez que esse indicador reflete o número médio de citações por artigo (Miglioli, 2017). O acesso a revistas de alto FI tende a ampliar a visibilidade e o prestígio das pesquisas, alimentando um ciclo em que os países com maior renda investem mais em ciência e obtêm retornos mais expressivos em influência acadêmica. No entanto, essa lógica produtivista tem sido alvo de críticas contundentes: estudos recentes apontam que a cobertura da base *Web of Science/JCR* é geograficamente excludente, privilegiando periódicos de países centrais e sub-representando o Sul Global, cujos artigos mesmo em títulos de alto FI recebem poucas citações (Nakamura *et al.*, 2023). O Quadro 3 lista em quais dos periódicos de acesso aberto os países beneficiários das modalidades de isenção e os países com maiores rendas publicaram no período 2016-2024 em contraste com os países africanos que possuem isenção de taxas de publicação de 50% e 100%:

**Quadro 3 - Fator de impacto das revistas com maiores números de artigos publicados**

<b>100% de isenção</b>	<b>FI</b>	<b>50% isenção</b>	<b>FI</b>	<b>10 maiores rendas</b>	<b>FI</b>
Biomed Research International	2.6	Journal Of Food Biochemistry	3.5	Biomed Research International	2.6
Advances In Agriculture	1.8	Andrologia	2.1	Journal Of The American Heart Association	5.0
Scientific World Journal	1.2	Dermatologic Therapy	3.7	Cancer Medicine	2.9
International Journal Of Agronomy	1.5	Journal Of Food Processing And Preservation	3.7	Cancer Science	4.5
Journal Of Chemistry	2.8	Biomed Research International	2.6	Thoracic Cancer	2.3

**XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB**  
**Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025**

International Journal Of Microbiology	2.8	Clinical Case Reports	0.6	Journal Of Cardiac Surgery	1.3
Journal Of Parasitology Research	1.4	Journal Of Chemistry	2.8	Clinical Case Reports	0.6
Health Science Reports	2.1	Aquaculture Research	1.9	Brain And Behavior	2.6
Food Science And Nutrition	3.5	International Transactions On Electrical Energy Systems	1.9	Mediators Of Inflammation	4.4
Journal Of Tropical Medicine	2.1	Scientific World Journal	1.2	Journal Of Clinical Laboratory Analysis	2.6
Veterinary Medicine International	1.9	International Journal Of Energy Research	4.3	Journal Of Immunology Research	3.5
International Journal Of Food Science	2.7	Journal Of Ophthalmology	1.8	Journal Of Veterinary Internal Medicine	2.1
Advances In Materials Science And Engineering	2.0	Journal Of Food Quality	2.6	FEBS Open Bio	2.8
Applied And Environmental Soil Science	2.1	Journal Of Mathematics	1.3	Journal Of Diabetes Investigation	3.1

**Fonte:** Dados do JCR e Scopus adaptado pelos autores (2025).

Os periódicos utilizados pelas maiores economias do mundo apresentam uma média de FI superior (2.93) comparada aos periódicos utilizados por países africanos com 100% (2.18) e 50% (2.45) de isenção de taxas de publicação. Essa discrepância indica que as maiores economias têm acesso e conseguem publicar em revistas de maior prestígio e visibilidade.

Comparando os países africanos com 50% e 100% de isenção, observa-se que aqueles com 50% de isenção de APC publicam em periódicos com FI ligeiramente mais altos (2.45) em comparação aos com 100% de isenção (2.18). No entanto, a quantidade de produção científica é maior para os países com 100% de isenção, sugerindo que a isenção completa pode permitir um volume maior de publicações, embora sejam em revistas com um FI um pouco menor.

As implicações dessas observações são diversas. Primeiramente, a isenção de taxas de publicação, especialmente de 100%, pode possibilitar que pesquisadores de países africanos publiquem mais trabalhos. Por outro lado, essa publicação se dá em revistas de menor FI, o que destaca a necessidade de equilibrar a quantidade de publicações com a qualidade e visibilidade das pesquisas. As políticas de isenção de APC devem ser complementadas com estratégias que incentivem a publicação em revistas de maior FI, proporcionando um aumento no prestígio e no reconhecimento das pesquisas africanas.

**XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB**  
**Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025**

Adicionalmente, para melhorar o impacto global da pesquisa africana é necessário suporte extra que inclua investimentos em infraestrutura científica. Essa ação pode aumentar tanto a qualidade das pesquisas quanto a capacidade de publicar em periódicos de maior prestígio, contribuindo para a redução das disparidades observadas.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em muitas editoras científicas, os critérios de elegibilidade para isenções de taxas consideram a classificação de economia de baixa renda e média renda do Banco Mundial, a afiliação institucional dos autores e a relevância da pesquisa. Tais critérios têm sido criticados como superficiais e insuficientes, projetados apenas para acalmar os críticos devido à sua cobertura limitada (Saloojee; Pettifor, 2024). Os resultados dessa pesquisa corroboram com as críticas ao evidenciar as desigualdades mesmo entre países classificados no mesmo bloco, complexificando assim as discussões em torno dos centros e periferias.

A política de isenção da Wiley, seja total ou parcial, tem demonstrado efeitos positivos pontuais, especialmente em países com maior infraestrutura científica, mas não é suficiente para garantir igualdade de acesso à publicação. A produção científica permanece baixa em muitos países africanos, mesmo com isenções totais, o que sugere que as barreiras à publicação científica vão além dos custos diretos associados às taxas de APC. Outra controvérsia observada é que as revistas tendem a ter FI baixos, o que pode limitar a visibilidade e o impacto global das pesquisas visto que publicações em revistas com alto FI são, muitas vezes, associadas a maior visibilidade, reconhecimento e colaboração internacional.

Ampliar os critérios de elegibilidade para além da renda poderia fortalecer o compromisso com a inclusão global, mas também se alinhar melhor com os princípios da justiça informacional<sup>9</sup>. Embora as isenções de taxas auxiliem no acesso à publicação científica em países africanos, elas não são suficientes para superar todas as barreiras enfrentadas por esses países. A produção científica continua sendo baixa em muitos países, mesmo com isenções, indicando a necessidade de políticas mais abrangentes que considerem uma gama maior de fatores para promover a equidade na publicação científica global. À vista disso, a Wiley e outras editoras devem reavaliar seus critérios de isenção para incluir aspectos além

---

<sup>9</sup> Nesse contexto, ela inclui a justiça distributiva, participatória e de reconhecimento.

**XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB**  
**Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025**

da renda, visando um impacto mais significativo na democratização do conhecimento científico.

Ademais, a pesquisa científica no continente africano apresenta potencial de fortalecimento, especialmente por meio de iniciativas de cooperação internacional e de instituições locais que fomentam ciência, tecnologia e inovação, como o *African Academy of Sciences* (AAS), o *National Research Foundation* (NRF) da África do Sul e o Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais em África (CODESRIA). Contudo, existem limitações estruturais no continente, como desigualdade no acesso à internet, laboratórios e insumos que são fatores que acentuam desigualdades na produção e circulação do conhecimento.

Nesse cenário, existem experiências concretas, como a relatada pela fonoaudióloga panafricanista Anin Urasse (2025) acerca da dificuldade de acesso à penicilina em um país africano, onde a população enfrenta números alarmantes de sífilis congênita por depender de doações internacionais e por ter de pagar caro por um medicamento que, no Brasil, custa pouco ou é oferecido gratuitamente pelo SUS. Dessa forma, o contraste revela como desigualdades globais em saúde e tecnologia não se explicam pela existência de soluções técnicas e, sim, por estruturas de poder e exclusão.

Além disso, é necessário evitar a visão homogênea da “África”, entendendo que o continente é plural, com realidades científicas e institucionais diversas. Reconhecer tanto as iniciativas locais de fortalecimento científico quanto os desafios enfrentados amplia a análise e reforça a importância de compreender o continente a partir de suas singularidades. Outras nações e organismos multilaterais podem apoiar a pesquisa africana por meio de financiamentos direcionados, programas de cooperação Sul–Sul, iniciativas de capacitação institucional e investimentos em infraestrutura editorial e laboratorial, ações que vão além das isenções de APC.

Portanto, a política de isenções da Wiley dialoga com o movimento global de acesso aberto na medida em que facilita o acesso formal à publicação, mas o faz de modo parcial e limitado, pois mantém uma lógica comercial que não resolve desigualdades estruturais mais profundas. Perspectivas futuras exigem, dessa forma, políticas estruturais, financiamento contínuo, fortalecimento e valorização de periódicos locais ao revés da ampliação de isenções. Por fim, sugere-se a replicação desse estudo em outras regiões do Sul Global (como América Latina, Caribe e Ásia) para avaliar padrões similares e diferenças contextuais. Tal

**XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB**  
**Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025**

expansão contribui para evitar leituras homogêneas sobre a África, uma vez que o estudo evidencia as diferenças entre suas diversas regiões, destacando a existência de centros e periferias acadêmicas e institucionais que conformam dinâmicas próprias de produção científica.

## REFERÊNCIAS

BUTLER, Leigh-Ann *et al.* The oligopoly's shift to open access: How the big five academic publishers profit from article processing charges. **Quantitative Science Studies**, Massachusetts, v. 4, n. 4, p. 778–799, 1 nov. 2023.

FERREIRA, Mariana Toledo. **Centro(s) e periferia(s) na produção do conhecimento em genética humana e médica: um olhar a partir do Brasil**. 2018. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-14022019-115714/pt-br.php>. Acesso em: 15 maio. 2024.

GHEORGHIU, Catrinel; DAVE, Manás. Promoting inclusivity in research. **British dental journal**, Reino Unido, n. 235, p. 11–12. 2023. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/s41415-023-6073-5#citeas>. Acesso em: 14 jul. 2024.

IYANDEMYE, Jonathan; THOMAS, Marshall P. Low income countries have the highest percentages of open access publication: a systematic computational analysis of the biomedical literature. **PLOS ONE**, San Francisco, jul. 2019. Disponível em: <https://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0220229>. Acesso em: 14 jul. 2024.

KARLSTROM, Henrik; AKSNES, Dag W.; PIRO, Fredrik N. Benefits of open access to researchers from lower-income countries: a global analysis of reference patterns in 1980–2020. **Journal of Information Science**, apr. 2024. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/01655515241245952> Acesso em: 17 jul. 2024.

LARIVIÈRE, Vincent; *et al.* Contributorship and division of labor in knowledge production. **Social Studies of Science**, Reino Unido, v. 46, n. 3, p. 417–435, 1 jun. 2016.

LAWSON, Stuart. Fee Waivers for Open Access Journals. **Publications**, 2015, v. 3, n. 3, p. 155-167. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/publications3030155> Acesso em: 10 ago. 2025.

MATHEKA, Duncan Mwangangi; *et al.* Open access: academic publishing and its implications for knowledge equity in Kenya. **Global Health**, v. 10, n. 26, 2014. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1186/1744-8603-10-26>. Acesso em: 14 jul. 2024.

**XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB**  
**Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025**

MIGLIOLI, Sarah. Influência e limites do Fator de Impacto como métrica de avaliação na ciência. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 11, n.3, p. 17-33, dez. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/17263>. Acesso em: 14 jul. 2024.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado; OLIVEIRA, Hamilton Vieira de. Autonomia e dependência na produção da ciência: uma base conceitual para estudar relações na comunicação científica. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 8, n. 1, p. 58-65, jan./jun. 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/23459>. Acesso em: 27 jan. 2026.

NAKAMURA, Gabriel; *et al.* Três caminhos para melhor reconhecer a expertise dos pesquisadores do Sul Global. **npj Biodiversidade**, v. 2, n. 17, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/s44185-023-00021-7>. Acesso em: 25 maio 2025.

NWAGWU, Williams E. Open Access Initiatives in Africa: structure, Incentives and Disincentives. **The journal of academic librarianship**, v. 39, n. 1, p. 3-10. jan. 2013. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s00223-023-01151-7>. Acesso em: 14 jul. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA - UNESCO. **Recomendação da UNESCO sobre Ciência Aberta**. 2022. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000379949>. Acesso em: 14 jul. 2024.

SALOOJEE, Haroon; PETTIFOR, John M. Maximizing Access and Minimizing Barriers to Research in Low- and Middle-Income Countries: Open Access and Health Equity. **Calcified tissue international**, v. 114, p. 83-85, nov. 2024. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s00223-023-01151-7>. Acesso em: 14 jul. 2024.

SINGH, Mayank; PRASAD, Chandra Prakash; SHANKAR, Abhishek. Publication charges associated with quality Open Access (OA) publishing and its impact on Low Middle Income Countries (LMICs), time to reframe research policies. **Asian pacific journal of cancer prevention**, v. 22, n. 9, p. 2743-2747, sep. 2021. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC8850883/>. Acesso em: 14 jul. 2024.

SMITH, Audrey C. *et al.* Assessing the effect of article processing charges on the geographic diversity of authors using Elsevier's "Mirror Journal" system. **Quantitative Science Studies**, Massachusetts, v. 2, n. 4, p. 1123–1143, 2022. Disponível em: <https://direct.mit.edu/qss/article/2/4/1123/107612/Assessing-the-effect-of-article-processing-charges>. Acesso em: 14 jul. 2024.

URASSE, Anin (@aninurasse). Texto. Instagram, 21 jan. 2025. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/DFFPcKkuvEt/>. Acesso em: 18 ago. 2025.

WORLD BANK GROUP. **The World Bank in Ethiopia**. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/country/ethiopia>. Acesso em: 14 jul. 2024.